

Conclusão

O encerramento deste trabalho se faz no momento em que ocorre uma série de mobilizações sociais nas cidades brasileiras, com forte crítica ao governo, à corrupção, aos partidos políticos e à representação política.

O nosso modelo democrático de representação política se dá exclusivamente por meio de partidos políticos. Isso denota por um lado que os partidos políticos são instituições indispensáveis e por isso mesmo politicamente poderosas. Por outro lado, se esses partidos não assimilam as demandas e interesses da sociedade, é de se esperar que mais cedo ou mais tarde a sociedade não se sinta representada. Temos aí uma crise de representação política que ameaça todo um Estado democrático e suas instituições.

O que podemos avaliar do sistema eleitoral brasileiro, em termos gerais, como destaca o professor Jairo Nicolau:

Os estudiosos dos regimes políticos consideram que a realização de eleições limpas e competitivas é condição necessária para caracterizar um país como plenamente democrático. Setores da elite política, intelectuais e organizações da sociedade civil tem feito críticas a certos aspectos do processo eleitoral brasileiro como: financiamento ilegal das campanhas; distorções produzidas pelo sistema proporcional; reduzida importância dos partidos na arena eleitoral; voto obrigatório.

No entanto, a eficiência do processo eleitoral brasileiro que tem combinado alta participação eleitoral, eleições com raras ocorrências de fraudes e ampla competição política – não deve ser desprezada. Talvez resida nas instituições eleitorais adotadas recentemente um fator fundamental para explicar a alta estabilidade política vivida pelo Brasil. (2012a, p. 137)

Por outro lado, temos um sistema eleitoral produzindo resultados extremamente desiguais do ponto de vista da representação política de certos grupos sociais fundamentais (mulheres, negros, não-ricos, jovens etc.). As mobilizações sociais de 2013 criticam duramente os partidos e o Congresso Nacional. Na mídia, especialistas falam de uma crise de legitimidade e de representação política que teria sido gerada exatamente pelas regras atuais e pelo funcionamento do sistema de representação: pouco transparente e, por vezes, corrupto.

O sistema eleitoral brasileiro, como vimos neste trabalho, é minuciosamente e matematicamente desenhado, para produzir um mesmo tipo de

resultado. Nosso sistema eleitoral hoje garante certos padrões de candidaturas, na mesma medida em que se protege contra minorias de interesses e inovações em candidaturas. Um hermetismo eficiente que desenha desde 1988 uma Câmara dos Deputados de homens, brancos, que movimentam altos recursos em campanhas eleitorais, com alto capital político familiar, cristãos, heterossexuais, conservadores.

No entanto, a sociedade brasileira tem outros contornos: é mulher, é multirracial, é pobre, tem legitimamente múltiplos interesses os quais em sua maioria jamais estiveram representados na Câmara dos Deputados, e parece clamar por mudanças. Mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas do Brasil gritando: *-Meu partido é o Brasil!!! Não me representa!! Nenhum partido me representa!! Desculpe o transtorno mas estamos mudando o Brasil!! Muda Brasil!!*

As mobilizações sociais massivas e multiplicadas nas capitais e cidades do interior, levaram o governo a anunciar medidas imediatas, como a de encaminhar a reforma política. O sistema eleitoral é uma das peças-chave a serem reformadas. Mas em que sentido?

Em sociedades em processos múltiplos e complexos de transformação e com forte herança ibérica – autoritária e patrimonial, como é o caso do Brasil e de muitos países latino-americanos, está em aberto a preferência das pessoas por um regime democrático ou não democrático. A distinção entre ser conservador (resumidamente, colocar a ordem acima da justiça e da igualdade) e ser progressista (que significa desejar arriscar a ordem em nome da justiça e da igualdade com respeito às diferenças, também de modo bem sintético) é aqui muito importante. (MATOS & PINHEIRO, 2012, p. 54)

Do ponto de vista feminista, um cenário de Estado e sistema eleitoral conservador e ou autoritário é muito desfavorável à participação das mulheres. Como vimos, quanto mais autoritário e conservador for o Estado brasileiro, menos mulheres participaram da política.

Contudo, depois das mobilizações sociais ocorridas em maio e junho de 2013, apenas um Projeto de Lei (número 5.735) foi de fato apresentado pelo Legislativo para debate e votação no Congresso Nacional, com a proposta de ser uma minirreforma eleitoral. O PL 5.735/13 foi elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Cândido Vaccarezza do PT/SP, do qual nenhuma organização da sociedade civil fez parte, não aborda ou faz crítica à

exclusão política de grupos sociais, e do ponto de vista dos seus princípios é uma proposta nitidamente centralizadora e autoritária.

Na disputa eleitoral para Presidente, em 2010, com duas mulheres candidatas não se tocou no tema da participação política das mulheres.

O debate foi pautado pela invisibilização de qualquer possível trajetória das mulheres, a não ser no desempenho de mães ou donas de casa. As desigualdades de gênero e também as raciais, parecem ter sido completamente desconsideradas nos discursos dos principais candidatos. (FEITOSA, 2012, p. 164)

Quer dizer, o poder político hegemônico tem atuado com cinismo sobre questões de ampliação da participação política de grupos sociais excluídos, mesmo em temas de democracia, em situações em que as mulheres têm preeminência como nas eleições presidenciais de 2010, ou neste momento, em que o próprio Estado reconheceu a pertinência das críticas da população e assumiu o compromisso de proceder a uma reforma política.

Além disso, uma das conclusões deste trabalho é que as poucas reformas feitas no sistema eleitoral, no sentido de ampliar a participação política de mulheres, não tiveram o esperado impacto, não porque alterar pequenos mecanismos no sistema eleitoral não seja eficaz, mas porque nem mesmo as pequenas mudanças estiveram comprometidas em atuar na estrutura da desigualdade, nos eixos gênero-raça-classe.

Enquanto as variáveis raça, classe e gênero não forem tratadas com a centralidade que elas têm enquanto questões estruturais na configuração das desigualdades sociais e conseqüentemente para o desenho de políticas públicas na sociedade brasileira, a nação de democracia, permanecerá minimalista, limitando-se a reiteração de princípios universais que não alcançam os crimes contra a igualdade perpetrados sistematica e quotidianamente no Brasil. (CARNEIRO, 2004, p. 83)

Persiste o desafio, ao se idealizar e elaborar políticas públicas, um sistema eleitoral e até mesmo, ações afirmativas, de superar a visão universalista de pessoa, e também de ‘mulher’. Essa visão universalista reproduz o racismo, o machismo e as desigualdades sociais.

Parafraseando Alzira Rufino (2003), o poder no Brasil precisa mudar de mãos, mas também mudar de cor. Ou continuaremos maquiando mudanças, mudando para não mudar. O cinismo do Estado brasileiro é um obstáculo à ampliação da participação política das mulheres, mas também o é, a falta de uma

percepção social complexa sobre a estrutura da desigualdade social no Brasil, dos atores e atrizes sociais que aspiram por um sistema político equânime, múltiplo e democrático.

Este trabalho salienta que o uso de ações afirmativas no sistema eleitoral é um dos caminhos mais recorrentes para se alcançar equidade entre homens e mulheres na política, e talvez, este seja um caminho até mais viável, do ponto de vista de sua relativa difusão na sociedade. Mais uma vez é necessário identificar o fundamento, ou o princípio por trás do desenho de uma ação afirmativa, se este for universalista ou conservador, a manobra da ação afirmativa não terá impacto na transformação do campo político.

O que este trabalho mostrou é que mesmo uma pequena mudança no sistema eleitoral pode ter impacto sobre a exclusão política das mulheres, e o inverso também é verdadeiro: grandes alterações no sistema eleitoral e até político brasileiro, podem diminuir ou intensificar a exclusão política das mulheres.

O sistema eleitoral brasileiro é, ou melhor, está tendencioso. As mulheres, por serem mulheres, são deliberadamente prejudicadas pelo sistema. Mesmo entre dois candidatos, um homem e uma mulher, com características socioeconômicas similares, e igualmente dedicados à campanha e ao partido, não há resultado similar do sistema. O sistema eleitoral, por meio de seus diversos sub-mecanismos tende a excluir a mulher e a selecionar o homem. Para superar a tendência do sistema, as mulheres precisam dedicar mais tempo, mais dinheiro e mais força de vontade do que os homens, e mesmo assim, em cerca de 80% dos casos, tamanho esforço será em vão, apenas porque são mulheres.

Os dados são implacáveis com a situação antidemocrática do Brasil em relação às mulheres:

Grande parte do mundo continua a avançar no que tange aos direitos políticos das mulheres, ao passo que a tendência do Brasil indica uma queda ainda maior no ranking internacional. A média regional de participação feminina nos principais órgãos legislativos nacionais é de 22,1%, enquanto no Brasil este índice é de 12,3%. (FEITOSA, 2012, p. 164)

O sistema eleitoral brasileiro, sem dúvida, está entre as causas da lenta evolução da participação feminina no Brasil.

E nesse ritmo de avanço das mulheres aos cargos proporcionais, segundo as contas do professor José Eustáquio Diniz Alves⁶⁴, as mulheres brasileiras levariam 207 anos para alcançar presença em número igual ao dos homens no Legislativo.

Duzentos anos é tempo demais para perpetuar uma desigualdade, o cálculo irreverente que o professor propõe nos mostra nitidamente que não podemos esperar e que o sistema eleitoral tem que ser alterado. O rei está nu!

⁶⁴ Em palestra proferida por ocasião do lançamento do livro *Mulheres nas Eleições 2010*, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2013.